



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27930 - DF (2021/0223591-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
IMPETRANTE : DANIEL VIANNA ANANIAS
ADVOGADO : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO - RJ057731
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por DANIEL VIANNA ANANIAS contra ato praticado pela MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS consistente na anulação de portaria por meio da qual foi reconhecida a condição de anistiado político.

Alega que a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anulou a anistia anteriormente concedida, cancelando, de consequência, seus proventos mensais, sem fundamentação consistente e violando o contraditório e ampla defesa, segundo argumenta.

Requer, por meio de liminar (fl. 26):

a – que seja deferida a medida liminar para determinar a suspensão dos efeitos da decisão que cassou a portaria anistiadora do impetrante e a reintegração à folha de pagamento;

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. De toda sorte, urge salientar que, até prova cabal em contrário, prevalece a presunção de legitimidade do ato administrativo, não tendo sido narrada a possibilidade de ocorrência de dano irreparável enquanto se

aguarda o trâmite regular da demanda judicial.

Ademais, o pedido de liminar, que tem como objetivo a suspensão do ato que anulou a anistia concedida, confunde-se com o pedido principal da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente